

AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DO MST NO ESTADO DE PERNAMBUCO NA PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO¹

THE SOLIDARITY ACTIONS OF THE MST IN THE STATE OF PERNAMBUCO FROM THE PERSPECTIVE OF THE ETHICS OF CARE

LAS ACCIONES SOLIDARIAS DEL MST EN EL ESTADO DE PERNAMBUCO DESDE LA PERSPECTIVA DE LA ÉTICA DEL CUIDADO

*Ângela Cristina Salgueiro Marques
Ana Patrícia Barbosa de Sousa*

Resumo: Este artigo aborda ações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) durante a pandemia da COVID-19, por meio da Campanha "Mãos Solidárias" a partir da perspectiva da ética do cuidado. A partir da seleção de matérias informativas publicadas no site do MST sobre a Campanha entre os anos de 2020 e 2021, identificamos um enquadramento de solidariedade que organiza o discurso acerca das ações empreendidas, sobretudo por mulheres negras, para garantir a continuidade da vida e o amparo àqueles mais vulneráveis. As análises realizadas mostram como o cuidado se configura como ação política a partir da criação de alianças, da mobilização de recursos e da responsabilização de agentes sociais e institucionais que devem promover a transformação das condições que perpetuam precariedades afinadas ao neoliberalismo e à meritocracia. Nesse sentido, a ética do cuidado é apresentada como uma abordagem que reconhece a vulnerabilidade humana e busca práticas coletivas para superá-la.

Palavras-chave: Ações de Solidariedade. MST. Vulnerabilidade. Enquadramento discursivo. Ética do cuidado.

Abstract: The aim of this article is to study the actions carried out by the Landless Workers' Movement (MST) during the COVID-19 pandemic, through the "Solidarity Hands" Campaign from the perspective of care ethics. From the selection of informative materials published on the MST website about the Campaign between the years 2020 and 2021, we identified a framework of solidarity that organizes the discourse about the actions undertaken, especially by black women, to guarantee the continuity of life and the support for those most vulnerable. The analyzes carried out show how care is configured as a political action based on the creation of alliances, the mobilization of resources and the accountability of social and institutional agents that must promote the transformation of conditions that perpetuate precariousness in line with neoliberalism and meritocracy. In this sense, care ethics is presented as an approach that recognizes human vulnerability and seeks collective practices to overcome it.

Keywords: Solidarity Actions. MST. Vulnerability. Discursive framework. Ethics of care.

Resumen: Este artículo aborda las acciones realizadas por el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) durante la pandemia de COVID-19, a través de la Campaña "Manos Solidarias" desde la perspectiva de la ética del cuidado. A partir de la selección de materiales informativos publicados en el sitio web del MST sobre la Campaña entre los años 2020 y 2021, identificamos un encuadramiento de solidaridad que organiza el discurso sobre las acciones emprendidas, especialmente por las mujeres negras, para garantizar la continuidad de la vida y el apoyo. para los más vulnerables. Los análisis realizados muestran cómo el cuidado se configura como una acción política basada en la creación de

alianzas, la movilización de recursos y la rendición de cuentas de agentes sociales e institucionales que deben promover la transformación de las condiciones que perpetúan la precariedad en línea con el neoliberalismo y la meritocracia. En este sentido, la ética del cuidado se presenta como un enfoque que reconoce la vulnerabilidad humana y busca prácticas colectivas para superarla.

Palabras clave: Acciones Solidarias. MST. Vulnerabilidad. Encuadramiento discursivo. Ética del cuidado.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 gerou e agravou diversas condições de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade entre os anos de 2020 e 2022 no mundo inteiro. O cenário de precariedade que se delineou a partir da ausência de infraestrutura de atendimento médico e hospitalar, além da imposição do isolamento social, fez com que diversos movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil se dedicassem a iniciativas de ações de solidariedade. Esse foi o caso do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), que foi protagonista da “Campanha Mãos Solidárias”, iniciada em Recife, no estado de Pernambuco, em 2020. Em seguida, a Campanha foi viabilizada em todo o estado de Pernambuco e logo se inseriu nacionalmente junto à Campanha Periferia Viva, tornando-se modelo para outras experiências no Brasil.

Neste trabalho, trataremos sobre algumas ações realizadas pela “Campanha Mãos Solidárias” junto à população em situação de rua, a partir da perspectiva da ética do cuidado. Acreditamos que a solidariedade envolve a promoção de responsabilidade ética diante do apelo da alteridade, promovendo a escuta e a hospitalidade como dimensões básicas do reconhecimento da legitimidade das demandas e das respostas direcionadas a elas. Vínculos de solidariedade envolvem a percepção e tratamento de condições de vulnerabilidade que ameaçam a sobrevivência e a dignidade dos sujeitos.

Para Joan Tronto (1995) e Judith Butler (2020), a vulnerabilidade é uma condição inerente à vida humana, mas também pode ser amplificada ou reduzida a partir de ações de cuidado que redefinem o grau de exposição ao dano e à injúria. Assim, a vulnerabilidade não pode ser associada a uma característica ou identidade inerentes a determinados grupos. Ainda que todos

os seres humanos sejam vulneráveis, ou são passíveis de, a qualquer momento, se tornar vulneráveis, há uma dimensão social, institucional, econômica e política da vulnerabilidade que redefine o status de sujeitos e grupos em relação ao seu grau de proteção e amparo. Butler (2020) aprofunda essa compreensão ao reconhecer que existem grupos mais expostos a situações de vulnerabilidade provocadas pelo contexto social e pelas relações com o ambiente em que estes grupos estão inseridos. Ao mostrar que a vulnerabilidade também é contextual e fruto de imposições históricas de controle e assimetrias, Butler nos indica que todos os seres humanos precisam uns dos outros, e que sua interdependência precisa do planejamento de um cuidado que não se restrinja à ajuda pontual ou movida pela comoção, pela compaixão ou pela caridade.

Ao analisarmos as ações realizadas pela “Campanha Mãos Solidárias” temos em vista uma discussão acerca da ética do cuidado que não o considera apenas em sua dimensão de atenção aos outros (o atendimento de suas necessidades básicas, a proteção e a escuta ampla), mas também em sua interface com todos os elementos mobilizados para a realização do trabalho ordinário que torna nossas vidas possíveis.

Argumentamos que cuidado não pode ser confundido com um tipo de tratamento especial que conferimos àqueles e àquelas que reconhecemos como importantes ou valorizáveis. Ainda que o cuidado envolva avaliações morais, ele não deriva de julgamentos de valor. De modo mais amplo, o cuidado nos expõe a vários riscos e nos impõe diversas obrigações que são fundamentais para modelar nossas vidas. Por isso, ele é “uma atividade que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Este mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso ambiente, que todos procuramos tecer em uma teia complexa e vital” (Tronto, 1995, p.142). Nesse sentido, o cuidado não se resume ao provimento de necessidades afetivas, sociais e econômicas básicas, mas se expande como força política capaz de conectar o privado ao público, as narrativas biográficas ao funcionamento da justiça democrática.

A partir da análise de conteúdo de quinze notícias publicadas no site do MST (<https://mst.org.br/>) entre 2020 e 2021, buscamos observar como a Campanha “Mãos solidárias” conseguiu articular uma zona solidária nas periferias de Pernambuco (e também nas áreas rurais), reunindo colaboradores que distribuíram marmitas, máscaras, kits de higiene, alimentos e itens de limpeza. Foram identificados nessas matérias enquadramentos de solidariedade que mobiliza argumentos nos quais se pode perceber o tensionamento entre a demanda por cuidado e a identificação das práticas de governo que nada fazem para deter a pandemia: pelo contrário, aposta em estratégias necropolíticas (Mbembe, 2018), que produzem morte e definem ações de valorização da vida ou de seu descrédito.

2 AÇÕES DE SOLIDARIEDADE EM CONTEXTO DE PANDEMIA: ENQUADRAMENTOS

As ações de solidariedade protagonizadas pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não somente no estado de Pernambuco como em todo o Brasil, surgiram logo após ser decretada a pandemia no país, em março de 2020. A campanha “Mãos Solidárias” iniciou com a entrega de Marmitas Solidárias para população em situação de rua no Armazém do Campo de Recife, junto com outras entidades do terceiro setor. Foi formada uma equipe de voluntariado que se engajou nas atividades da campanha desde o preparo dos alimentos até a entrega das marmitas e kits de higiene. Junto a isso foi crescendo a quantidade de doações feitas pela sociedade civil, o que possibilitou a ampliação da Campanha para outras frentes e para os bairros, crescendo então o público beneficiado. Ao longo de mais de 9 meses, entre 2020 e 2021, a campanha distribuiu quase 690 mil marmitas, 30 mil máscaras e 890 toneladas de alimentos em 30 municípios pernambucanos.² Agentes Populares de Saúde participaram de ações de segurança sanitária para monitoramento dos casos de Covid-19, auxiliando pessoas e famílias mais vulnerabilizadas em seus bairros a pensar coletivamente ações para enfrentamento da pandemia. Foram abertos Bancos Solidários de Alimentos,

que são espaços construídos nos bairros para doações e trocas de alimentos. Além da promoção de territórios sustentáveis que abrigavam hortas solidárias, cujo fruto do cultivo era também aproveitado nas Cozinhas Solidárias, a Campanha estimulou a agroecologia e a agricultura de subsistência.

As matérias publicadas no site do MST entre março de 2020 e dezembro de 2021 evidenciaram a tentativa de promover enquadramentos de resistência e cuidado que contrariassem o projeto necropolítico em curso, representado, sobretudo, pela postura do então presidente Jair Bolsonaro. Seleccionamos 15 notícias publicadas no site ao longo desse período para observar as escolhas de argumentos que conduziram a construção de enquadramentos e de seus enfoques. A análise de conteúdo apontou que todas as notícias adotavam o enquadramento solidário, estruturado através de uma perspectiva discursiva que definia a colaboração como razão principal da agência coletiva. A estrutura discursiva dos textos era sempre feita em torno do sucesso das ações realizadas e o processo discursivo (encaminhamento para a busca de uma moral a ser partilhada) pautava-se pela valorização da importância das vidas mais vulneráveis na pandemia.

Acreditamos, junto com Maia, Choucair e Sanglard (2022), que o enquadramento é responsável por influenciar a perspectiva, a estrutura e o processo discursivo que definem um tema ou acontecimento, na busca de melhor compreender um problema público, orientando os sentidos e a percepção pública, e reconhecendo que as interpretações possíveis não são independentes dos quadros de sentido que as conduzem.

Assim, seguimos neste trabalho uma metodologia que buscou identificar alguns dos pontos de vista e argumentos que estruturam narrativamente a apresentação da Campanha Mãos Solidárias, tendo em vista que a Campanha é modelada discursivamente através do enquadramento de solidariedade. Para Maia, Choucair e Sanglard (2022), a identificação de enquadramentos em notícias midiáticas nos auxilia a perceber quais as possíveis interpretações acionadas pelos interlocutores para entenderem e se posicionarem diante de

problemas coletivos. Sabendo que os enquadramentos são construções socioculturais e não individuais, a Campanha “Mãos Solidárias” é tematizada pelo MST como questão em torno da qual foram produzidos conjuntos de interpretações que a envolvem e que podem sofrer mudanças ao longo do tempo. As autoras mostram que uma das principais atribuições dos enquadramentos delineados em notícias é fornecer “uma *ideia organizadora* central capaz de produzir sentido de eventos relevantes e sugerir o que está em questão” (2022, p.110).

Assim, os enquadramentos organizam a compreensão de um problema no contexto da tematização de questões polêmicas e também fornecem diretrizes para que diferentes posições sejam estabelecidas nos diálogos que se constituem em outros contextos de interação comunicativa. Sob esse aspecto, a identificação de enquadramentos que organizam a mobilização social em prol do auxílio solidário a pessoas em situação de pobreza no Brasil, durante uma pandemia, é importante, pois trata-se de uma questão de injustiça envolvendo raça, gênero e classe social. Enquadramentos que estão entrelaçados com questões interseccionais influenciam a forma como as pessoas são tratadas na sociedade, a maneira como debatem coletivamente e a definição de oportunidades disponíveis para elas.

É sob esse viés que enquadramentos identificados em notícias se entrelaçam com quadros sociais avaliativos que orientam o julgamento moral. Por exemplo, indivíduos de determinadas raças ou classes sociais podem enfrentar discriminação e ter menos acesso a recursos e serviços, enquanto outros podem ser privilegiados. A identificação de enquadramento não é uma escolha individual, e sim uma imposição social que pode afetar a vida das pessoas de maneiras significativas (Maia; Choucair; Sanglard, 2022). As implicações da identificação de enquadramento são amplas e variadas, afetando áreas como educação, saúde, trabalho, justiça criminal, entre outras. Indivíduos que são classificados em grupos estigmatizados podem enfrentar preconceito e discriminação, o que pode levar a desigualdades nas oportunidades e resultados de vida.

Após a leitura e análise de conteúdo das matérias selecionadas, foi possível identificar um enquadramento principal, amparado por dois conjuntos de argumentos que se estruturavam a partir de uma polarização entre cuidado e necropolítica:

Quadro 1: Organização discursiva do enquadramento de solidariedade.

Enquadramento da solidariedade: Eixo discursivo e temático que agrupa pontos de vista, evidencia tensões e facilita a contraposição de argumentos.	Perspectiva discursiva: Definição da questão em pauta: como encontrar soluções práticas e colaborativas para minimizar os danos causados pela crise sanitária nas periferias.	Representação discursiva das diferentes perspectivas apresentadas no debate.
	Estrutura discursiva: Enumeração das vantagens das ações solidárias do MST e detalhamento dessas ações.	Justificação da necessidade das ações de solidariedade sob o ponto de vista da coletividade e do interesse comum.
	Processo discursivo: busca por um ponto de vista moral: reconhecimento da importância das vidas negras e periféricas.	Tematização de argumentos que parecem refutar posições críticas às ações de solidariedade ou que não valorizam o cuidado com as vidas vulneráveis (exemplos abaixo).

Fonte: Elaboração dos autores.

Entre os argumentos favoráveis às ações de solidariedade, destacamos aqueles que tematizam uma perspectiva discursiva muito recorrente nas notícias ligadas à campanha: o quanto era preciso unir forças contra o “desgoverno” de um presidente “genocida”:

O MST, em conjunto com outros movimentos sociais e religiosos, sindicatos, universidades, ONGs, trabalhadoras(es) do campo à cidade se levantaram contra o genocídio da população, frente à crise internacional capitalista, pandemia da fome e sanitária e agravos do desgoverno (23/12/2020)³.

O coordenador da campanha, Paulo Mansan, explica que essas doações são imprescindíveis, mesmo os alimentos vindos do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] como de outras pessoas da cidade, partilhando para nós conseguirmos superar esse governo genocida (11/11/2021)⁴.

Ivanise Serafina Silva, coordenadora da cozinha solidária e

moradora das palafitas do Pina, na zona sul do Recife, comenta como a campanha tem sido importante para combater a sede de morte dos governantes, afirmando: “Eu estou muito agradecida por esse pessoal ter vindo pra cá fazer doação de almoço. Eu estou muito agradecida por trazerem almoço para cá, fazer doação para a gente” (10/11/2021)⁵.

É possível refletir acerca da estrutura discursiva que articula argumentos que integram o enquadramento de solidariedade das notícias do MST a partir das considerações de Achille Mbembe (2018) acerca da noção de necropolítica. Segundo Mbembe, a necropolítica caracteriza uma destruição material e brutal de corpos humanos e populações, servindo à instrumentalização da violência como principal maneira de exercer controle e punição. A destruição de pessoas, sobretudo o assassinato de pessoas negras ou o favorecimento de sua morte, faz com que o autor afirme que as formas contemporâneas de governo precisam produzir zonas de morte a todo instante, definindo quem importa e quem não importa, que é “descartável” e quem deve ser protegido.

Dessa forma, a necropolítica caracteriza as técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de serem reconhecidos como humanos, distinguindo entre aqueles que podem ser eliminados e aqueles que devem permanecer vivos.

A necropolítica dá conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (Mbembe, 2018, p.71).

A reflexão de Mbembe nos ajuda a perceber um processo discursivo, institucional e social no qual a violência contra pessoas pobres, negras e periféricas não pode ser entendida como um incidente pontual, algo esporádico, mas ela é fundada em ideologias, quadros morais alimentados pelo machismo e pelo racismo, podendo ser observada atuando historicamente nas sociedades. Para esse autor, a violência é preparada: ela não surge espontaneamente. Existem estruturas institucionais, sociais, familiares, culturais que tornam possíveis as violências e que preparam um contexto

amplo para sua emergência. É possível, segundo ele, observar as fontes que alimentam a violência contra os mais vulneráveis, sobretudo contra mulheres negras e homens negros.

O conteúdo das notícias analisadas aponta como o MST elabora sua comunicação pública recuperando a tensão entre a violência necropolítica e a demanda por cuidado. A estrutura discursiva dos textos nos possibilita observar tanto a mobilização para a colaboração solidária quanto a nomeação da violência institucional como um processo que não se reduz à sua manifestação em um acontecimento único (como a pandemia), mas envolve admitir que a responsabilidade não é apenas do MST ou dos agentes da sociedade civil, mas das autoridades que praticam o controle das existências mediante o uso de toda uma estrutura social que opera e naturaliza preconceitos, discriminação e injustiça.

Adriana Oliveira, integrante do MST e uma das coordenadoras do Marmitas da Terra, conta que as ações se desenvolvem com entidades parceiras, sindicatos, a universidade, movimentos sociais e igrejas. "Assim vamos implantando cozinhas, hortas e padarias comunitárias, construindo barracões, organizando mutirões de atendimento com agentes de saúde, educação de jovens e adultos, entre outras atividades que unem a comunidade", explica (20/03/2021)⁶.

Janiele Kogut, integrante do MST e coordenadora do Marmitas da Terra, conta que as cozinhas solidárias são uma parte das ações, mas a outra parte tem que vir das "mãos do estado com financiamento, porque o Mãos Solidárias é um pedaço importante, mas não pode ser tudo" (04/11/21)⁷.

Rani de Mendonça, uma das coordenadoras da comunicação da Campanha Mãos Solidárias, enfatiza que a campanha oferece ferramentas para as pessoas dos territórios registrarem a própria história. "Queremos que as pessoas se organizem, façam lutas e construam um novo mundo, uma nova possibilidade. E a comunicação tem centralidade nisso, não somente como ferramenta, mas também como possibilidade política e organizativa", afirma (14/09/21)⁸.

O enquadramento de solidariedade confere aos textos uma perspectiva discursiva que destaca a união, o poder da interdependência da autonomia conquistada relacionalmente e da autovalorização através do registro próprio de acontecimentos, ações e desejos. O depoimento de Rani de Mendonça, destacado na citação acima, menciona como o registro da própria história

possibilita às pessoas das comunidades periféricas controlarem o processo de criação de enquadramentos, evitando o perigo de terem suas narrativas confiscadas pela “palavra oficial”. De um lado, não se pode alterar condições de vulnerabilidade sem o apoio do governo, mas, de outro, os enquadramentos produzidos por agentes institucionais geralmente atuam em prol da proteção de privilégios e hierarquias.

A vulnerabilidade apresenta três componentes interrelacionadas: individual – informações e valores do sujeito; social – condições de vida e relações sociais; e programático – acesso a programas, serviços e insumos. São dimensões diferentes de uma realidade: no mesmo contexto, pessoas e grupos podem inventar diferentes estratégias para o viver. Trabalhar, na prática, com a vulnerabilidade demanda compromisso universal e propostas específicas para cada população, buscando os princípios de: efetividade, operacionalidade, progressividade e, principalmente, democratização dos projetos (Nasser et.al, 2021, p. 1).

Butler (2011, 2021) indica como as condições de vulnerabilidade são amplificadas pela construção de enquadramentos que ameaçam a maneira como a sociedade e as instituições respondem às necessidades básicas de sobrevivência e dignidade humana. Segundo ela, a visibilidade da vida precária, quando construída a partir de enquadramentos de controle majoritariamente legitimados pelo Estado neoliberal, gera e fortalece esquemas interpretativos que tendem a destacar tais situações de opressão como corriqueiras, contribuindo para definir quais vidas são dignas de serem lamentadas. “Uma população é designada ou demarcada que se tornou vulnerável sob certas condições históricas, mas essa população também pode ser libertada da vulnerabilidade se receber apoio infraestrutural adequado, incluindo refúgio seguro e direitos legais” (Butler, 2021, p. 180).

Enquadramentos são por ela descritos como “molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como susceptível de ser perdida ou lesada” (Butler, 2015, p.14). Tais operações de poder interferem nas condições de aparição e consideração dos sujeitos, porque delimitam mecanismos e processos discursivos específicos mediante os quais uma forma de vida é apreendida e avaliada. O

enquadramento está longe de ser um aspecto formal da construção de uma imagem ou discurso; ao contrário, é um importante definidor de seu conteúdo, das maneiras como uma determinada formulação será produzida, compartilhada e recebida.

Segundo Butler (2015), os enquadramentos atuam em arranjos formados pelo entrelaçamento de crenças subjetivas e institucionais, compondo redes complexas de ações, discursos, normas e valores. Nesse sentido, são operações de poder que delimitam a esfera e as condições de aparecimento público de sujeitos e demandas, interferindo no entendimento do que pode ou não contar como relevante. Os enquadramentos atuam, assim, para diferenciar as vidas que podemos apreender e valorizar daquelas que não podemos. Os termos, as categorias, as convenções e as normas gerais que agem nos dispositivos de enquadre moldam os quadros de sentido como uma orientação para a interpretação e para a apreensão e avaliação de uma vida.

Sob esse aspecto, Butler (2015) não só considera importante conhecer as normas gerais que atuam na produção de enquadramentos, mas também chama a atenção para o modo como processos discursivos midiáticos fabricam quadros destinados a moldar as “condições de suporte e de reconhecibilidade” de sujeitos e grupos.

3 VULNERABILIDADES TRANSFORMADAS PELA ÉTICA DO CUIDADO

No contexto da pandemia de Covid-19, as ações de solidariedade construídas e conduzidas por movimentos sociais tornaram-se imprescindíveis, no sentido de auxiliar a garantir o acesso à direitos básicos, como alimentação e segurança sanitária, direitos estes negligenciados pelo Estado.

As desigualdades urbanas no enfrentamento da Covid-19 explicitaram as condições de vida dos indivíduos nos territórios populares, com recursos escassos, em comparação aos territórios com habitações adequadas e mais infraestrutura, como hospitais, comércio, empregos, transporte. A segregação nos espaços urbanos, projeto de soberania político-econômica na era moderna, decidindo quem pode viver ou deverá morrer, constitui fator explicativo

para o negacionismo, a arbitrariedade e a negligência que gerenciam a pandemia no Brasil (Nasser et. al, 2021, p. 1).

A solidariedade foi acionada pelo MST como uma experiência de criação de vínculos, alianças e condições morais de abertura à alteridade em termos de definição e busca de respostas para preocupações comuns. A visão de Butler (2011) orienta nossa reflexão sobre a forma como a solidariedade pode surgir a partir de práticas de acolhimento, de escuta e, ao mesmo tempo, da produção de valores compartilhados que norteiam princípios de justiça e reconhecimento. Para ela, a solidariedade não pode ser entendida como um sentimento ou uma disposição subjetiva, pois surge de um gesto ativo de elaboração recíproca de condições de hospitalidade às diferenças. Escutar o chamado lançado pelo outro que sofre não é traduzi-lo em conceito, em objetivação, assimilando-o e julgando-o a partir de critérios moralizantes.

A alteração das condições de vulnerabilidade de pessoas e grupos requer tanto a mudança de estruturas institucionais que naturalizam assimetrias, quanto a elaboração, por parte de agentes institucionais e sociais, de uma resposta ética baseada no respeito, na solidariedade e na responsabilidade do cuidado. Enfatizamos que a responsabilidade conjunta diante dos outros que sofrem, estabelece um processo de comunicação baseado na não indiferença e no cuidado com o outro vulnerável que nos pede para ouvi-lo, para agir junto com ele e proporcionar-lhe hospitalidade e justiça (Butler, 2021).

As ações de solidariedade promovidas pelo MST podem ser avaliadas tendo como parâmetro a noção de cuidado político, ou seja, a criação coletiva de linhas de fuga para a redução da precariedade que destitui os sujeitos de proteção e dignidade. As notícias do MST selecionadas para esta análise revelam imagens e depoimentos de mulheres que estão à frente das Cozinhas Solidárias, do preparo dos alimentos e das marmitas distribuídas à população de Pernambuco. A maioria das pessoas que atuam na Campanha Mãos Solidárias é composta por mulheres negras e pardas. Mulheres que criam condições para que a vida prossiga, pois ao lado do trabalho cooperativo há também o cuidado com as crianças, a criação de espaços de acolhimento,

encontros, conversas sobre a vida e a família, escutas e compartilhamento de anseios e lutas pela sobrevivência. Ao se dedicaram exaustivamente, ao longo da semana, a várias tarefas feitas de forma concomitante e incansável, essas mulheres se afirmam como agentes de luta para fortalecer a autonomia de uma rede de pessoas que almejam defender a existência e permanência das comunidades das quais fazem parte.

São mulheres negras que realizam as tarefas de manutenção e criação da vida, fazendo o impossível para amparar as famílias às quais atendem, alimentando também seus espaços de convivência, suas histórias, memórias, sua busca por direitos e cidadania, seus questionamentos aos preconceitos, ao machismo, à violência doméstica, ao desemprego. Essa forma política de cuidado confere força e ânimo para enfrentar a necropolítica, que não se cansa de expropriar, colonizar e destruir os laços de amizade, de hospitalidade e de responsabilidade que nos tornam mais atentos às necessidades e demandas coletivas.

Essa relação de responsabilidade é fundamental para pensarmos uma forma política de cuidado, entendida como um processo no qual os sujeitos se articulam e reinventam suas trajetórias, conferindo especial ênfase às potencialidades das quais se dotam, aos recursos que mobilizam, às táticas que colocam em prática, às realizações que alcançam, às solidariedades e aos imaginários que lhes permitem questionar os constrangimentos que pesam sobre eles. Ainda que suas ações sejam constantemente limitadas pelas regras institucionais que delimitam sua vida social, os sujeitos em condições de vulnerabilidade mobilizam recursos para fraturar esquemas e enquadramentos tipificadores.

De acordo com Patrícia Hill Collins (2019), o cuidado requer uma sensibilidade aos detalhes que se repetem nas tarefas de reparação constante das articulações que configuram as condições de existência e sobrevivência coletiva de sujeitos e grupos. Para ela, mulheres negras elaboram e mantêm ativos os espaços seguros destinados a definir e valorizar a consciência do

próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma apropriação objetificada e desumanizante. É possível dizer que as Cozinhas Solidárias foram abordadas nas matérias analisadas como espaços seguros de resistência à objetificação e à morte. As cozinhas foram acionadas pela Campanha e impulsionaram um trabalho que alimentou corpos e o desejo de combater violências que destituem a mulher negra de agência e de autonomia.

Nesses espaços, as mulheres negras observam imagens femininas da cultura mais ampla, percebem que esses modelos são, na melhor das hipóteses, inadequados e, na pior, destrutivos para elas, e seguem o propósito de se definir com base nos modelos femininos negros históricos vigentes em sua própria comunidade. Ao promoverem o empoderamento de mulheres negras por meio da autodefinição, esses espaços seguros as ajudam a resistir à ideologia dominante que deixa rastros dentro e fora das instituições e da sociedade civil negra (Collins, 2019, p.185).

Espaços seguros de cuidado e agência também refletem o que Joan Tronto (1995) compreende como o trabalho de garantir a manutenção do nosso mundo para que seja possível viver da melhor forma possível. Segundo ela, o cuidado envolve “tudo o que fazemos para manter, perpetuar e reparar nosso mundo, a fim de que possamos viver nele tão bem quanto possível. Este mundo compreende nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, tudo o que tentamos manter interligado em uma complexa rede que dá suporte à vida.” (Tronto, 1993, p. 103). O trabalho de gerar e manter a vida não pode ser associado às tarefas atribuídas ao gênero feminino.

A distribuição do cuidado, através da qual se pode interferir as condições de vulnerabilidade dos sujeitos, depende de padrões de dominação e organização históricos que podem resultar da sedimentação de papéis de gênero, do desenvolvimento de estruturas econômicas específicas, ou de construções ideológicas para incentivar as mulheres a assumirem voluntariamente tarefas e deveres que servem à sociedade (Laugier, 2016; Biroli, 2012). Outros dispositivos, como a ideia de vocação (por exemplo, a noção de que a mulher tem uma vocação inata para cuidar de crianças), asseguram, com igual eficácia, a invisibilização do trabalho de distribuição de responsabilidades, ao

mesmo tempo que atribuem pesos morais distintos à relevância percebida de tarefas ligadas ao cuidado.

Para Sandra Laugier (2016), assim como Tronto e Collins, efetivar uma ética do cuidado requer tanto incluir práticas relacionadas ao cuidado “na pauta da reflexão democrática” quanto empoderar cuidadores e pessoas que recebem cuidado. Ou seja, é vital associar as atividades vinculadas ao cuidado a uma ampla transformação da ideologia neoliberal e, ao mesmo tempo, modificar agendas intelectuais e políticas. Segundo essas autoras, a responsabilidade ética pelos outros é coletiva e não visa combater a vulnerabilidade, mas alterar as condições que a distribuem desigualmente entre as pessoas. Essa tarefa não pode ser concebida como sinônimo de uma definição neoliberal de cuidado, que guarda para a mulher, presa à esfera doméstica, a “obrigação moral” de manter vivos os sujeitos que servem e servirão ao capital. Com isso, a ética do cuidado

Baseia-se na análise das condições históricas e políticas que favoreceram uma divisão moral do trabalho que levou à desvalorização social, política e moral das atividades de cuidado. A atribuição da mulher à esfera doméstica reforçou a exclusão dessas atividades e preocupações do domínio moral e do público, incluindo a vida pública, reduzindo-as à categoria de sentimentos privados desprovidos de importância moral e política, e mantendo a grande maioria de mulheres isoladas do público. Esta é uma definição de ética e política que está profundamente ligada à atenção, cuidado e reapropriação da linguagem comum, vinculando-a à própria vulnerabilidade do uso da voz e da linguagem (Laugier, 2016, p. 208).

Laugier salienta que é importante reconhecer a existência da vulnerabilidade enquanto condição humana compartilhada e que, justamente porque nossa existência está interligada, precisamos acionar os vínculos de interdependência e sustentar práticas coletivas que redefinam as condições que amplificam precariedades. “O cuidado pode ser assim concebido como a proteção das formas de vida. Isso é evidente em contextos onde a violência destrói o cotidiano e o sentido da vida, como em desastres, guerras ou situações de profunda vulnerabilidade” (Laugier, 2016, p. 208). O cuidado como prática política promove transformações que permitem uma forma relacional de

autonomia e soberania. Tal perspectiva compreende, inclusive, que a falta de acesso à direitos e políticas públicas e a defesa destes são importantes para efetivação destas práticas e superação da situação de vulnerabilidade.

É importante lembrar que o lema da Campanha “Mãos Solidárias” se tornou “O povo cuidando do povo”. Isso não implica que a ética do cuidado nega a necessidade de amparo do Estado e das instituições. Quando, em situações de crise, o cuidado é assumido por entidades da sociedade civil, elas também buscam articular diversos setores e fontes de recursos. Não se trata de assumir uma postura individualista, afirmando um tipo de “empoderamento” nocivo, que atribui ao sujeito o fardo de seu sucesso ou fracasso. Trata-se, sim, de compreender a solidariedade em movimento, a solidariedade ativa, que ampara a população vulnerabilizada - seja pela falta de acesso a segurança sanitária, saneamento básico, emprego, e alimento saudável – e que também demanda à instituição jurídica e social, os direitos negados, a cidadania não reconhecida, a dignidade inviabilizada. A ética do cuidado expressa nas ações de solidariedade do movimento busca tornar esses sujeitos ativos na elaboração da própria história, na luta por direitos e justiça social, criando, ao mesmo tempo, espaços seguros de autodefinição e espaços de enfrentamento que fraturam a ideologia neoliberal do mérito, do individualismo e do assistencialismo.

Falar do cuidado nos termos de uma atividade ética alarga sua abrangência para além do paradigma da compaixão. De acordo com Laugier (2015), pensar na promoção da responsabilidade relacional significa considerar a percepção do cuidado não como mera disposição (o que se sente), mas como prática (o que se faz), tendo em vista uma abertura às necessidades de outras pessoas. Diante da contingência e do inesperado, em situações de urgência e de incerteza, como foi a pandemia de Covid-19, é importante redefinir novas formas de vincular-se através do cuidado, da preocupação com o próximo e da manutenção da integridade de todas as pessoas que reciprocamente sustentam laços coletivos. Quando o leque de escolhas possíveis é reduzido, a fabricação e manutenção de um modo de vida demandam uma revisão

constante das possibilidades de ser cuidado e de cuidar dos outros a nossa volta, sem deixar de alimentar uma relação ética de responsabilidade e atenção contínua que preserva a dignidade e a vida.

A ética do cuidado não visa alistar a compaixão e a solicitude na categoria de virtudes subalternas dedicadas a apaziguar uma concepção antipática das relações sociais, ou (o que dá no mesmo) instalar a dominação sob a capa da proteção. A ética do cuidado visa o reconhecimento de toda uma parcela da vida comum sistematicamente ignorada no discurso político. Essa nova atenção é voltada para a vida cotidiana. A ética padrão e a análise política, quando tratam de contratos sociais, não indagam como tal sociedade se torna sustentável, expulsando cuidadosamente da ética o mundo dos cuidados fundamentais e, de um modo mais geral, todas aquelas ações que tornam possíveis as relações sociais ordinárias e vivo. Ignorar a questão do cuidado na ética e na política teórica equivale a ignorar a origem do que faz uma sociedade existir e se perpetuar (Laugier, 2016, p. 216).

De acordo com Ferrarese e Laugier (2018), diante de mecanismos de controle cada vez mais restritivos, a prática do cuidado requer uma sensibilidade aos detalhes que escapam às lógicas cerceadoras, aos saberes vindos da experiência vivida, uma vez que são esses conhecimentos não mapeados que muitas vezes geram condições de proteção e de reparação constante das formas de vida. Os saberes vividos, corporificados e partilhados como dádiva possuem a potência de reparar e criar elos e articulações que, justamente por não serem negligenciáveis, demandam um grande trabalho físico, moral e ético.

É também nessa perspectiva que Fabienne Brugère (2023) argumenta a favor de uma abordagem ampliada e politizada do cuidado, que seja articulada com a dimensão moral da justiça, pois o respeito pelas diferenças considera que vulnerabilidades distintamente situadas demandam diferentes formas de acolhimento, escuta e resposta. Contra uma teoria da justiça abstrata e distanciada da vida cotidiana, a ética do cuidado questiona desigualdades de poder que naturalizam uma ideologia do cuidado que marginaliza as demandas dos mais vulneráveis e despreza laços de solidariedade, sobretudo em espaços de gestão da vida social. Sob esse aspecto, a transformação das condições de vulnerabilidade dos sujeitos está ligada a práticas de cuidado que se formam

para além do sentimento superficial de empatia, uma vez que, muitas vezes, esses sentimentos encerram a realização das ações na própria disposição em auxiliar.

As ações de solidariedade desenvolvidas e criadas no período pandêmico pelo MST foram transformadas em discursos que nos indicam um enquadramento de solidariedade capaz de promover outra maneira de perceber a importância do cuidado em momentos de crise. As matérias publicadas no site do MST entre 2020 e 2021 organizaram discursivamente agenciamentos solidários destacando a valorização das alianças, dos espaços seguros, da agência de mulheres negras e da capacidade de articular agentes institucionais e atores da sociedade civil organizada. Observando os pontos de vista e argumentos mobilizados nos discursos, percebemos o esforço em conferir visibilidade e palavra aos sujeitos que ficaram mais expostos ao agravamento de condições de vulnerabilidade, no sentido de alterar a percepção coletiva acerca de seus esforços de manutenção dos cuidados necessários à preservação das formas de vida e das redes interdependentes que as estruturam.

Acreditamos que as experiências de ações de solidariedade aqui analisadas podem ser consideradas como propositoras de uma ética do cuidado que formula uma resposta social e institucional no enfrentamento à escassez e à necropolítica que geralmente acentuam ainda mais a fragilidade e a exposição de grupos mais vulneráveis diante da pandemia. Essas ações se tornam uma resposta também no âmbito discursivo, por meio da configuração de um enquadramento de solidariedade que desafia imagens de controle que, segundo Patrícia Hill Collins (2019, p.136), “são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana”. O espaço seguro das Cozinhas Solidárias se tornou, de acordo com as informações e depoimentos presentes nas matérias, um lugar de elaboração da própria percepção das mulheres acerca de sua condição e da condição de suas comunidades. O cuidado cotidiano com a vida possibilitou a oportunidade de alianças e conversas através das quais elas criavam outras narrativas e outros quadros

de entendimento para seus problemas, configurando um processo de autodefinição e autovalorização. Para Collins (2019), mulheres negras, sobretudo em situações de agravamento de sua condição de vulnerabilidade, ampliam sua capacidade de agência e insistem em afirmar os saberes e conhecimentos corporificados que podem orientá-las na formulação de linhas de fuga possíveis na luta por direitos e acesso a políticas e serviços públicos que lhes são sistematicamente negados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância das ações de solidariedade durante a pandemia da COVID-19, especificamente da “Campanha Mãos Solidárias” do MST, se afirma a partir do propósito de alterar condições de vulnerabilidade e de extrema vulnerabilidade geradas e/ou agravadas pela crise sanitária da pandemia. Não apenas as ações concretas têm relevância para alterar os quadros morais de avaliação e julgamento das vidas precárias, mas também as ações discursivas, elaboradas pelo informativo do MST publicado online. Entre os anos de 2020 e 2021, os enquadramentos formulados por essa publicação, em especial o enquadramento de solidariedade, conseguiram desafiar os quadros depreciativos impostos pelas instituições governamentais e pela sociedade à população em situação de rua e àqueles que vivem nas comunidades da periferia de Pernambuco. O enfrentamento à crise sanitária e a luta por direitos e dignidade foram discursivamente organizados pelo MST como conflito que se estabelece também no âmbito da produção de informações e relatos que interferem na interpretação e na legibilidade dessas ações por parte da ampla sociedade.

A compreensão das ações de solidariedade empreendidas pela Campanha “Mãos Solidárias” a partir da perspectiva da ética do cuidado nos permite revisar nossas concepções de responsabilidade, uma vez que ela se apoia sobre um olhar crítico das condições históricas que favoreceram uma divisão moral do trabalho. Vimos como as atividades ligadas ao cuidado foram

desvalorizadas e associadas à ideologia neoliberal segundo a qual caberia a determinadas mulheres a realização de todas as atividades que liberassem os trabalhadores para suas tarefas de reprodução e multiplicação do lucro e do consumo. Esse viés exploratório é guiado por opressões interseccionais, as quais reduzem a importância social e amplificam o estatuto privado de mulheres pobres, migrantes e negras, cujo valor é atrelado ao fato de desempenharem o trabalho de cuidar de outras pessoas. A percepção estigmatizante relacionada a essas atividades entendidas como “prendas femininas” impede o florescimento de uma abordagem política do cuidado enquanto uma atividade moral e ética, que confere atenção ao que permanece invisibilizado e, ao mesmo tempo, define o espaço político ao escutar as necessidades de quem sofre, a partir de uma atenção verdadeira aos outros, de uma proximidade que se estabelece através da responsabilidade (Tronto, 1995).

Neste sentido, a definição discursiva da “Campanha Mãos Solidárias” revela o reconhecimento da importância das relações sociais e institucionais na promoção do cuidado como uma prática coletiva de construção ética de uma vida digna e justa. Cuidar é, sob esse aspecto, investir em uma prática ética pautada por gestos e ações que visam buscar maneiras de modelar e estabelecer formas de vida mais humanas e dignas no desgastante trabalho de refazimento dos vínculos de reciprocidade que sustentam o cotidiano. O trabalho do cuidado se preocupa com a reprodução material, social e cultural da vida humana e sua manutenção em um contexto histórico específico, pois o paciente trabalho de elaboração e proteção de formas de vida não está desvinculado da organização das instituições, das relações de poder e dos constrangimentos que limitam as escolhas e a autonomia das pessoas (Ferrarese, 2022).

O cuidado é um processo e os julgamentos feitos sobre o cuidado surgem das experiências reais e vividas das pessoas em toda a sua variedade. Desse ponto de vista, pessoas são interdependentes em vez de independentes. Como ressaltamos, a ética do cuidado é uma política do cotidiano e uma política da

vulnerabilidade em seu contato constante com formas de resistência e transformação. O que o enquadramento de solidariedade adotado pelos discursos informativos do MST nos indica é que alimentar articulações fortalece a ética do cuidado não só como atenção aos outros, mas, sobretudo, como trabalho cotidiano e incansável que torna nossas vidas possíveis. Essa perspectiva visa zelar para que a dignidade das pessoas mais vulneráveis prevaleça sobre a lógica de mercado e as lógicas de controle das existências.

REFERÊNCIAS

BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. São Paulo: Contracorrente, 2023.

BUTLER, Judith. **Bodies That Still Matter**: Resonances of the Work of Judith Butler. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2021.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando uma vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERRARESE, Estelle; LAUGIER, Sandra. **Formes de vie**. Paris: CNRS Éditions, 2018.

FERRARESE, Estelle. Vulnerability: a concept with which to undo the world as it is? **Critical Horizons**, v. 17, n. 2, p. 149-159, 2016.

FERRARESE, Estelle. The Politics of Vulnerability and Care: An Interview with Estelle Ferrarese. **Krisis**, v.42, n. 1, p. 76-94, 2022.

LAUGIER, Sandra. Politics of vulnerability and responsibility for ordinary others. **Critical Horizons**, v. 17, n. 2, p.207-223, 2016.

LAUGIER, Sandra. La vulnérabilité des formes de vie. **Raisons politiques**, v. 1, n. 57, p. 65-80, 2015.

LAUGIER, Sandra. L'autonomie et le souci du particulier. *In*: JOUAN, Marlène; LAUGIER, Sandra (dir.). **Comment penser l'autonomie? Entre compétences et dépendances**. Paris: PUF, 2009. p. 407-432.

MAIA, Rousiley; CHOUCAIR, Tariq; SANGLARD, Fernanda. Análise de enquadramentos. *In*: Rousiley Celi Moreira Maia. (org.). **Métodos de Pesquisa em Comunicação Política**. Salvador: Edufba, 2022. p. 109-128.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

NASSER, Mariana; CALAZANS, Marília; FEGADOLLI, Cláudia; OLIVEIRA, Sandro; RODRIGUES, Joana; COSTA, Rosângela; SANTOS, Eduardo; ZANCHETTA, Giovanna; FURTADO, Lumena. Vulnerabilidade e resposta social à pandemia de Covid-19 em territórios metropolitanos de São Paulo e da Baixada Santista, SP, Brasil. **Interface**, n. 25, 2021.

TRONTO, Joan. Care as a Basis for Radical Political Judgments. **Hypatia**, v. 10, n. 2, p.141-149, 1995.

TRONTO, Joan C. **Moral Boundaries**. A Political Argument for an Ethic of Care. New York: Routledge, 1993.

Notas:

¹ A realização deste trabalho contou com o apoio do CNPq e da Capes. As autoras agradecem enormemente ao professor Caetano De' Carli Viana Costa, pelas contribuições feitas à primeira versão do texto.

² Para mais informações acesse: <https://www.campanhamaosolidarias.org>. Dados de 18 de abril de 2024 apontam que, desde a sua criação, a Campanha Mãos Solidárias já realizou a doação de 1,6 milhão de marmitas e 1.300 toneladas de alimentos produzidos em assentamentos e acampamentos da reforma agrária para mais de 30 mil famílias com fome de comida e de justiça social. A ação também já contribuiu na criação de bibliotecas populares e de bancos de alimentos, bem como na formação de agentes comunitários para atuarem na saúde, comunicação popular e cozinhas populares solidárias.

³ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/12/23/maos-solidarias-internacionalizam-campanha-de-doacoes-em-beneficio-de-comunidades-em-pernambuco/>

⁴ Disponível em: <https://mst.org.br/2021/11/11/maos-solidarias-inaugura-sua-primeira-cozinha-comunitaria-nas-palafitas-de-recife/>

⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/10/maos-solidarias-inaugura-sua-primeira-cozinha-comunitaria-nas-palafitas-de-recife>

⁶ Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/20/maos-solidarias-um-caminho-para-avancar-na-construcao-de-um-brasil-popular/>

⁷ Disponível em: <https://mst.org.br/2021/11/04/mst-a-fome-nao-espera-a-luta-e-ampliar-as-cozinhas-solidarias>

⁸ Disponível em: <https://mst.org.br/2021/09/14/curso-de-agentes-populares-de-comunicacao-em-recife-engaja-vozes-perifericas-de-comunidades/>

SOBRE AS AUTORAS:

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Comunicação Social pela mesma instituição.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

Ana Patrícia Barbosa de Sousa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2094-1147>

E-mail: apatriciasousa33@gmail.com

Artigo recebido em: 24 jun. 2024. | Artigo aprovado em: 07 dez. 2024.